

EYMARD BRANDÃO

Minérios (detalhe). Técnica mista sobre metal oxidado. 37 X 45 cm, 2013



TERRITÓRIOS FRAGMENTADOS:

Cabo Verde e os aspectos de uma urbanidade insular em tempos de globalização

ANDRÉIA MOASSAB*

RESUMO Este artigo busca problematizar conceitos como território, cidade e urbanidade, em tempos de globalização neoliberal, a partir da situação específica de Cabo Verde, um país africano arquipelágico. Se a matriz funcional modernista tem sido pouco útil para estudar as cidades do final do século XX, tampouco a abordagem pós-modernista é operante para contextos urbanos dos países pobres. Mais especificamente, a urbanidade insular em Cabo Verde, num cenário de economia globalizada, nos lança a enormes desafios epistemológicos. Finalizaremos o ensaio propondo algumas hipóteses de trabalho, admitindo a pesquisa como possível espaço de emancipação.

PALAVRAS-CHAVE Pós-colonialismo. África. Urbanidade insular.

FRAGMENTED TERRITORIES:

Cape Verde and the aspects of an island urbanity in times of globalization

ABSTRACT This essay aims to reconsider concepts such as territory, city, and urbanity in the era of neoliberal globalization within the specific context of Cape Verde, an island state in Africa. If the modernist functional approach has been of little use in the analysis of cities in late twentieth century, neither has the postmodernist approach been appropriate, especially as the discourse on cities has been mainly geared towards megacities and not towards the urban context of economically disadvantaged countries. Island urbanity such as in the case of Cape Verde – within a scenario of global economics – presents many epistemological challenges. The paper will conclude by proposing some working hypotheses, suggesting research as a possible dimension of emancipation.

KEYWORDS Post-colonialism. Africa. Island urbanity.

* Professora Adjunta e Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA (Brasil). E-mail: <amoassab@gmail.com>.

Cabo Verde, um Estado-arquipélago, desafia-nos a uma ressignificação de conceitos como território, cidade e urbanidade. Situado em meio ao oceano Atlântico, entre Brasil e África, o país é formado por dez ilhas, das quais nove são habitadas. A população de quase 492 mil habitantes é majoritariamente jovem, fortemente marcada pelo desemprego, cuja taxa rondava 11%, em 2010 (INE, 2010). Entre os mais jovens (15-24 anos), o desemprego pode atingir 18% entre os homens e 25% entre as mulheres (*ibidem*).¹ A renda *per capita* de US\$1.330,00 é mais que o dobro da África Subsaariana, sobretudo devido às remessas dos emigrantes (30% do PIB) e à ajuda internacional (equivalente a 10% do PIB). A carência de recursos naturais simultaneamente aos ciclos de seca profunda tem expulsado grande parte da população para a diáspora. Estima-se que hoje um milhão de cabo-verdianos more fora do país, o equivalente a dois terços da população nacional.²

1. Cabe referir à enorme polêmica sobre a metodologia de cálculo do desemprego, revista em 2010. Nos critérios anteriores, a taxa nacional de desemprego, no mesmo período, registrava 21%, chegando a 38% na faixa mais jovem (INE, 2010). Alguns artigos críticos têm sugerido que a taxa chega a 57% (MOREIRA, 2012). Ademais, trabalhos no terreno apontam para uma taxa de desemprego bastante mais elevada do que os dados oficiais, com quase a totalidade de comunidades sem trabalho, nas mais diversas ilhas (MOASSAB; VIEIRA, 2010).

2. Este cálculo é uma estimativa do governo e merece ser relativizado. Cabo-verdianos de segunda, terceira ou quarta geração, sem qualquer vínculo com o país, têm sido incluídos neste dado.

Historicamente, este universo insular é marcado por uma ocupação fragmentada e dispersa. Sem continuidade temporal e geográfica, o povoamento do país processou-se ao longo de quase quatro séculos (SANTOS, M.E., 2007). O grande número de pequenas aglomerações populacionais espalhadas pelo território é um padrão repetido em todas as ilhas. A concentração populacional esteve sempre ligada às zonas portuárias. O interior, caracterizado pela produção agropecuária, teve uma ocupação difusa, com um pouco mais de concentração populacional nas ribeiras, as áreas mais apropriadas para plantação (CORREIA E SILVA, 1996). Em termos administrativos, sempre houve desigualdades marcantes entre concentração e ausência, com reflexos na infraestruturação do território e sua consequente capacidade polarizadora (SANTOS, M.E., 2001).

É também um país que nasce urbano, como entreposto portuário para a navegação, inicialmente calcada no tráfico transatlântico de escravos, como o caso da Praia (capital) e Ribeira Grande (ambas na ilha de Santiago) e São Filipe (ilha do Fogo), no século XVI. Mais tarde, a sua localização permanece estratégica para o desenvolvimento da navegação comercial no Atlântico, quando o porto de Mindelo (ilha

de São Vicente) se torna o mais movimentado centro comercial do país, no século XIX. Depois da construção do aeroporto, nos anos 1940, a ilha do Sal registou as mais altas taxas de crescimento populacional em Cabo Verde, em torno de 8% a.a. (CORREA E SILVA, 1996). No limiar do século XXI, os aeroportos de Praia, Sal, Boa Vista e Mindelo são os motores demográficos do país, servindo como conexões entre as ilhas e como *hub* internacional.

Hoje, cerca de 60% da população vive em áreas urbanas (INE, 2011). A agricultura sempre teve uma função subsidiária às atividades comerciais, embora tenha tido certa expressividade econômica nos séculos XVII e XVIII. Ainda hoje a economia nacional é menos expressiva no setor primário, com cariz de subsistência, e mais significativa no setor terciário.

A despeito da baixa taxa de urbanização, o fenômeno urbano local é decorrência de um contexto histórico específico, bastante distinto do norte global. Nem o discurso das megacidades, tampouco o das cidades medianas são suficientes para recortar, explicar ou abordar o complexo fenômeno da urbanidade insular de pequena escala. Neste caso, indicadores convencionais, como a população, não são significativos. Trata-se de um universo cuja maior concentração urbana é aproximadamente 127 mil habitantes (INE, 2011). A segunda maior cidade em termos populacionais, Assomada, tem um terço de moradores: cerca de 35 mil (*ibidem*). Os demais vinte Concelhos do país têm uma população média que mal chega a 15 mil habitantes. Não obstante, o fenômeno urbano é patente.

A escala, ou melhor, a pequena escala é dado fundamental e intransponível. Cada uma das nove ilhas habitadas precisa garantir sua autossuficiência, não importa se para atender 7 mil habitantes, como é o caso de Brava, ou os cerca de 250 mil de Santiago. Grandes infraestruturas de geração de energia, captação, tratamento e distribuição de água, saneamento e comunicações não têm seus custos amortizados

Nem o discurso das megacidades, tampouco o das cidades medianas são suficientes para recortar, explicar ou abordar o complexo fenômeno da urbanidade insular de pequena escala

pela economia de escala. Além disso, em cada ilha os habitantes se espalham por diversos povoamentos, formando pequenas ilhotas populacionais pelo território. Neste contexto, como é possível pensar a condição urbana? Quais os parâmetros e variáveis adequados?

Propomos, neste artigo, traçar uma reflexão para as cidades africanas, nomeadamente a condição arquipelágica de Cabo Verde, a partir das transformações territoriais observadas nas duas últimas décadas, com a adesão do país ao modelo econômico neoliberal, tomando em conta o recente passado colonial.

Neste contexto, é insuficiente abordar as urbanidades por meio dos paradigmas modernos ou pós-modernos. Conceitos como “provisório”, “espaços fluidos”, “cidades em rede”, “megacidades”, “cidades informais” e muitos outros em voga nas últimas décadas têm se demonstrado igualmente pouco úteis para o cenário de uma urbanidade insular, recém-independente e sob os efeitos da globalização neoliberal.

Outra questão fundamental determinante da paisagem construída cabo-verdiana é o modelo de acesso à terra, para a qual não se podem desconsiderar os impactos do longo período colonial: a prerrogativa de aceder à terra sempre foi dos colonizadores portugueses e seus descendentes. Atualmente, os privilégios de acesso à terra, especialmente a urbana, permanecem das elites econômicas que vêm favorecendo e sendo favorecidas pelos grupos de capital internacional.

Nos anos 2000, o aumento do número de empreendimentos imobiliários reforçou uma sobreposição complexa de fragmentações do território: a insularidade do país, a dispersão territorial da população em cada ilha e os enclaves imobiliários/turísticos. Cabo Verde tem tentado inserir-se internacionalmente como um destino turístico, de praia, “exótico”, “quase África”, “quase Europa”. Grandes empreendimentos turísticos de grupos transnacionais têm aportado no país, com implicações de diversas naturezas, desde impactos espaciais e ambientais a culturais (MOASSAB, 2012).

Ademais, o forte vínculo dos estudos urbanos com a cidade industrial e sua história tem pautado a maior parte das pesquisas e reflexões sobre cidades. Todavia, esta premissa é demasiado distante do contexto local, cujo espaço urbano nunca seguiu os padrões modernistas tampouco as usuais distinções entre rural e urbano. De fato, a consolidação urbana insular de Cabo Verde obriga a pensar

outras urbanidades, com parâmetros e variáveis muito diversas das usualmente tratadas nos estudos urbanos: há que se reconhecer a pluralidade da condição urbana contemporânea.

Breves considerações sobre globalização e neocolonização no continente africano

Atualmente, a metade da população mundial vive em áreas urbanas, ou seja, 3,5 bilhões de pessoas (ONU, 2011). Na última década, o continente africano, ainda que o menos urbano dos continentes, apresentou um ritmo acelerado de incremento de sua população em cidades, quase o dobro da média mundial no mesmo período (3,4% a.a contra 1,9% a.a., respectivamente) (*ibidem*). Por sua vez, outras regiões apresentam elevada taxa de urbanização, como a América Latina (cerca de 80%), porém, num ritmo menos intenso de crescimento (1,6% a.a.) (*ibidem*). É neste cenário de superurbanização, guiada por inovações tecnológicas e por desigualdades estruturais que os processos de globalização se concretizam. Colonialismo e globalização são fenômenos bastante similares. Para M. Santos (2001), o colonialismo foi a primeira globalização, caracterizada pela ocupação territorial. A segunda globalização (a neoliberal), iniciada em fins do século XX, é marcada pela fragmentação dos territórios.

Importa destacar, neste contexto de análise, a consolidação da matriz econômica em âmbito mundial sob os preceitos do Consenso de Washington, envolvendo novas formas de dominação social e política na geopolítica internacional, com profundos impactos nos territórios. É neste período que chegaram ao poder, em diversos países centrais, governos com medidas rigorosas de diminuição da ação do Estado na regulação social, em favor de um maior controle do mercado sobre a economia. Entre as principais ações defendidas por estes governantes estavam as privatizações de empresas estatais e a diminuição da participação do Estado nas políticas de segurança social, em especial no que diz respeito às aposentadorias.

Em Cabo Verde, a “onda neoliberal” coincide com a denominada “abertura política” dos anos 1990. Esta década também foi marcada pela privatização e extinção

de empresas estatais, favorecendo a ampliação do setor privado em diversas áreas da economia. No entanto, a história do Estado cabo-verdiano é bastante diversa daquela do norte global. Apenas após 15 anos de independência, com a estrutura estatal ainda em processo de consolidação e tendo um modelo administrativo de base colonial, há um desvio rumo a uma “desestatização”, completamente descolado da história da formação do Estado nacional.

Em breves linhas, o país atravessou um período de decomposição do Estado semelhante aos países centrais, sob o paradigma da gestão terceirizada das funções públicas, sem que a administração pública tivesse em Cabo Verde o mesmo “inchaço” que justificou a onda neoliberal no Norte. É fulcral considerar, ademais, as fragilidades existentes numa sociedade recém-independente, para a construção do sujeito pós-colonial e para a luta por direitos. O Estado colonial era baseado em privilégios e na violência:

3. O Estatuto visava à “assimilação” dos indígenas na cultura colonial, oficializando a discriminação no regime mediante a divisão de três grupos populacionais: os indígenas, os assimilados e os brancos. Somente os assimilados, entre os não brancos, tinham algum direito assegurado enquanto cidadãos. Todavia, para aceder a esta condição, era necessário demonstrar um conjunto de requisitos, como saber ler e escrever, vestir e professar a mesma religião que os portugueses e manter padrões de vida e costumes semelhantes aos dos europeus. De referir que, uma vez cumpridas as exigências para tornar-se cidadão, o título não era permanente, podendo ser revogado a qualquer momento. Igualmente, a condição de cidadão era pessoal e intransferível (não passava para os filhos, por exemplo).

Na África, antes e depois da colonização, o poder do Estado foi construído por meio do estabelecimento de relações específicas de dominação. É preciso dizer algo sobre as relações entre dominação, distribuição de riqueza e privilégios e o problema geral da constituição do sujeito pós-colonial (MBEMBE, 2001, p. 24, tradução nossa).

O modelo colonial de governação nunca favoreceu qualquer noção de “direito”, tendo inclusive vetado, durante décadas, qualquer tipo de organização social, mesmo de natureza apolítica (CABRAL *apud* ANDRADE, 1978). Isto é, o modelo vigente nas colônias, inclusive as portuguesas, era o oposto daquele do debate e da luta por direitos, “exceto quando usado na forma de arbitrariedade e do direito de conquistar, o conceito de direito sempre permaneceu um vazio” (MBEMBE, 2001, p. 25, tradução nossa).

O exercício do poder implicava, necessariamente, a “domesticação” do colonizado, seja pela via da violência, seja, no caso português, pela assimilação com bases legais no Estatuto Indígena (CABRAL *apud* ANDRADE, 1978).³ A principal característica do poder colonial era dar ordens e tê-las atendidas; os direitos diziam respeito apenas aos dominadores: direito de mandar, forçar, obrigar, autorizar, punir e ser obedecido (MBEMBE, 2001). Não basta a assinatura de um tratado de independência para desconstruir o regime colonial impregnado nos corpos e nas ações do cotidiano. São necessárias algumas gerações para a construção de um sujeito pós-colonial livre da dominação à qual seus antepassados foram submetidos durante séculos.



Eymard Brandão: *Sem título* (Série *Solo e sub-solo*).
Fotografia, 37 X 45 cm, 2013

Há que se analisar, portanto, a onda neoliberal dos anos 1990 inserida neste contexto pós-colonial, cuja herança é uma série de noções construídas, ou melhor, distorcidas a partir da ótica da dominação, entre as quais direitos universais, luta por direitos e função pública. Por conseguinte, algumas dificuldades se impõem na transição de um ponto de partida recém-descolonizado rumo ao modelo neoliberal implantado desde os anos 1990, tais como (cf. MOASSAB; VIEIRA, 2010): a) substituição de políticas públicas de Estado pelas atividades das ONGs, desde atendimento de saúde à escolarização (substituída pelas formações), cujo principal resultado tem sido a gradativa falta de alocação de recursos públicos para estes setores; b) a baixa escolaridade da população como obstáculo para atender a nova necessidade de elaborar “projetos” (e geri-los) para obtenção de recursos de toda natureza; c) a descontinuidade das “atividades” que passam a ter um horizonte

temporal vinculado aos projetos, causando interrupções muitas vezes dramáticas num processo de desenvolvimento local; d) a imposição de uma agenda extemporal, uma vez que o destino das verbas é predefinido pelas grandes agências internacionais com pouca flexibilidade para demandas locais; e) uma forte exigência para um “empreendedorismo” local ou uma pró-atividade da população, desconsiderando o recente passado colonial e o alto grau de dependência resultante das políticas de dominação.

Dito de outra forma, observa-se, com esta “ONGnização” do Estado Nacional, a substituição da construção de políticas públicas e universalização de direitos pelo universo dos “projetos”. Num contexto de globalização neoliberal há, ainda, uma maior complexificação do processo de formulação de políticas públicas, por estarem em jogo interesses internacionais, nos quais as ONGs são parte indiscernível.

Por conseguinte, os prazos de reconstrução, autonomia e emancipação em contextos pós-coloniais estão sendo solapados. Em particular, no contexto cabo-verdiano, como reduzir a ação do Estado ou renunciar ao desenvolvimento de políticas públicas quando elas nem mesmo foram consolidadas no curto período de independência? Como redesenhar o papel de um Estado que nunca foi imbuído com a responsabilidade de distribuir as riquezas nacionais? Como tratar acesso à terra, direito à moradia e à cidade em contextos nos quais a estrutura de privilégios é diretamente herdada do sistema colonial?

O padrão de ocupação do território resultante da rápida urbanização das cidades africanas não pode ser analisado nem à margem da globalização neoliberal, tampouco fora do recente (e violento) processo de descolonização. Neste sentido, uma série de direitos têm sido constantemente negligenciados nas agendas nacionais, com forte impacto na configuração das cidades no continente.

O padrão de ocupação do território resultante da rápida urbanização das cidades africanas não pode ser analisado nem à margem da globalização neoliberal, tampouco fora do recente (e violento) processo de descolonização

Os paradoxos territoriais do início do século XXI

Não obstante o domínio das grandes cidades na rede urbana global, pequenas cidades periféricas também estão conectadas. Cidades geograficamente longínquas estão interligadas de modo instantâneo, e não necessariamente, como é usual, em termos comunicacionais/digitais: o vínculo econômico impõe fortes impactos em toda a rede.

Uma crise financeira internacional pode afetar drasticamente os países, inclusive aqueles à margem do mercado financeiro internacional, como Cabo Verde, de maneira que a ampla dependência externa e a aposta no turismo internacional como seu principal motor econômico têm intensos desdobramentos locais. Com a crise de 2008, por exemplo, foram interrompidas no país muitas obras iniciadas pelo setor turístico de capital internacional, nomeadamente europeu, resultando em centenas de pessoas desempregadas. Sem emprego ou meios para voltar para casa, um alto contingente de migrantes (nacionais e estrangeiros), deslocados para trabalhar nestes empreendimentos, permaneceu forçosamente nos antigos locais de trabalho em condições cada vez mais precárias, como é o caso de bairros nas ilhas do Sal e de Boa Vista.

Por um lado, no século XXI, tecnologias da comunicação e o mercado financeiro aproximam espaços geograficamente distantes. Assim, Cabo Verde avizinha-se da Inglaterra ou Espanha no que tange a investimentos e negócios. No entanto, há uma desigualdade abissal em termos de urbanização e infraestrutura. A literatura tem usualmente atentado para o impacto das redes globais nas grandes cidades, mas qual será o impacto para as pequenas urbanidades precárias?

Direta ou indiretamente as urbanidades periféricas acabam por sofrer uma enorme coação externa para atenderem a critérios econômicos e tecnológicos que lhes permitam se manter na rede internacional ao mesmo tempo que são alvos perenes de pressões internas para o atendimento de questões básicas. Com uma incapacidade estrutural de resposta, os gestores urbanos periféricos acabam por não ter autonomia para uma agenda própria: têm desde sempre de atender a demandas extemporâneas. Nos países pobres, o efeito mais evidente deste cenário

é a perenização da relação de dependência, exponencialmente distante de uma trajetória rumo à emancipação e à autonomia.

As matrizes do pensamento urbano e a ocupação do território em Cabo Verde

É fato que temos observado algumas mudanças expressivas no planejamento urbano desde o século passado, em sintonia com o contexto sociopolítico de cada época. No que tange aos paradigmas de planejamento, das *reformas urbanísticas* da virada do século XIX, como o Plano de Haussmann para Paris – cujo mote central eram transformações espaciais no ambiente urbano –, passa-se pelo *planejamento estratégico* dos anos 1980, no qual a cidade é uma mercadoria a ser rentabilizada, e inicia-se a década de 1990 do século XX, com debates sobre a *reforma urbana*, na qual se propõe uma “mudança efetiva da cidade de uma perspectiva social” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 62). Ao contrário das intervenções urbanísticas, a reforma urbana vislumbra auferir transformações sociais para além de alterações físicas no ambiente urbano. As experiências participativas nos orçamentos públicos e planos diretores, em diversas partes do mundo, são mecanismos que têm apontado para um novo patamar de planejamento rumo à reforma urbana, muito mais próxima de conquistas socialmente igualitárias.

Em países dependentes como Cabo Verde, com parca tradição de pesquisa e pouca coesão social para pressionar o poder público, tem-se observado nos últimos anos uma gama perversa de projetos pontuais de intervenção urbanística, sob os preceitos do planejamento estratégico. Muitos destes projetos, como o Gamboa Frente Marítima, são feitos por arquitetos estrangeiros que nunca estiveram no país, apresentando propostas fantasiosas, economicamente inviáveis e de alto impacto ambiental e social.⁴ Não obstante todos estes problemas, tais propostas são fortemente abraçadas pelo poder público, mídia e população locais, todos, de modo geral, ávidos por entrarem “no primeiro” mundo. Sem uma massa crítica coesa e uma voz dissonante, tais projetos, hoje com maiores restrições de implantação nos países centrais, têm encontrado terreno fértil nas urbanidades periféricas.

4. O projeto Gamboa Frente Marítima é de Ricardo Boffil, renomado arquiteto espanhol, com grandes projetos em Barcelona (aeroporto, orla marítima, teatro nacional) e outros países.

Vale notar que apenas recentemente o país começou a investir em planejamento urbano devido a financiamento externo e parcerias internacionais. Com forte pressão no cronograma e sem histórico local de participação popular, a maioria desses planos não aponta para reformas urbanas igualitárias e para uma garantia ao direito à cidade, apostando majoritariamente em aportes infraestruturais do território. A contrapartida do país para a internacionalização da economia e da dependência externa tem sido arcar com demandas vindas de fora. Isto significa que para atender uma agenda internacional de liberação de recursos, é necessário acelerar os processos de ordenamento do território, mesmo à custa de não promover a democratização do espaço urbano, temática longe da pauta pública.

De referir que o acesso à terra em Cabo Verde sempre foi prerrogativa dos colonizadores portugueses e seus descendentes. Desde o século XVI, impera uma forma de “apropriação do solo que irá caracterizar toda a estrutura fundiária do arquipélago, constituída eminentemente de latifúndios. Mais do que isso: concentrará a propriedade nas mãos de um número reduzido de colonos brancos e de um número menor de mestiços caboverdianos” (FURTADO, 1993, p. 28). Mesmo com a independência (1975), a estrutura social parece não ter sofrido grandes alterações. O recente processo de favorecimento de poucas famílias e/ou grupos na aquisição de terra urbana para especulação imobiliária (não por coincidência vinculadas ou próximas ao governo) repete o padrão histórico colonial de acumulação concentrada.

Nesta direção, os planos diretores desenvolvidos ao longo dos anos 2000, longe de discutirem reforma urbana, acesso à terra e planejamento participativo, integram uma vertente menos progressista do planejamento urbano. De modo geral, situam-se entre o urbanismo funcionalista e o planejamento estratégico. Isto é, trata-se mais de um planejamento regulador, fortemente calcado na normatização do espaço urbano e em obras arquitetônicas. Com o objetivo de atrair investimentos, tais projetos são considerados “verdadeiras” soluções para os problemas urbanos. No mesmo sentido, a propalada regulamentação do espaço visa à manutenção da ordem de modo a facilitar a ação de grupos econômicos, pouco interferindo na qualidade de vida e no combate às desigualdades socioespaciais urbanas.

Por conseguinte, tem-se notado um aumento da segregação espacial nas cidades cabo-verdianas. De fato, a dominação social, econômica e política, por meio

do espaço, em diversas cidades africanas resulta do século de dominação colonial claramente perpetuada em seus espaços urbanos contemporâneos. *Grosso modo*, as cidades africanas são em grande parte assentes desde a sua gênese em um processo quase que naturalizado de segregação espacial, na qual à oposição branco/negro sucedeu-se a oposição rico/pobre (POURTIER, 1999).

Em Cabo Verde, é na capital Praia que a rápida urbanização da última década tem evidenciado um contrastante processo de ocupação do solo. A velocidade de crescimento da capital (6% a.a.), na última década, tem configurado um espaço urbano bastante segregado: Palmarejo e Cidadela, bairros luxuosos para o padrão local, convivem lado a lado com os precários Kobon, Tira-Chapéu e Bela Vista.

Dada a condição local de pobreza aliada a um Estado sem riquezas naturais, como é o caso do petróleo em Angola ou diamante em Serra Leoa, as desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres são bastante dissimuladas, resultando num padrão de urbanização sem contrastes aparentes, contudo as vantagens locacionais são evidentes. A urbanização de Palmarejo promovida pelo governo nos anos 1990, voltada para a classe média, induziu à implantação de equipamentos urbanos ausentes em outros bairros mais antigos da cidade. No Palmarejo, encontram-se escolas primárias, secundárias e ensino superior, bancos, supermercados, farmácias, transporte coletivo. O bairro vizinho, Kobon, ao contrário, nem água canalizada tem.

Os planos diretores desenvolvidos ao longo dos anos 2000, longe de discutirem reforma urbana, acesso à terra e planejamento participativo, integram uma vertente menos progressista do planejamento urbano

Outro ponto central de argumentação é a fragilidade do crescimento urbano da capital ao longo dos últimos anos. A cidade tem apresentado um quadro de crescimento forçado pelas empresas do setor imobiliário, na direção oeste, deixando pelo caminho diversas áreas vazias e ociosas. Esta opção de crescimento faz com que seja necessário cada vez mais investir na expansão da infraestrutura (água, luz, esgotamento, transporte), com uma forte sobrecarga infraestrutural para o poder público, enquanto bairros infraestruturados não são devidamente adensados. O ônus deste

crescimento é de todos, enquanto apenas uma parcela muito pequena dos habitantes é beneficiada: os detentores dos terrenos valorizados no processo.

Do mesmo modo, o processo de segregação espacial é parte constituinte da estrutura de desigualdade nas condições de acesso à terra urbana, em todo o país. A delimitação das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral tem criado enclaves de investimento internacional, cujos exemplos de Sal e Boa Vista expõem a voracidade destes processos de ocupação.

Mais é menos: a sobreposição das matrizes

Nos anos 1980 e 1990, no mundo todo, o planejamento estratégico colaborou para o acirramento da segregação espacial urbana. Dentro de um modelo competitivo na conquista de investimentos financeiros, o planejamento estratégico incentivou projetos de remodelamento e requalificação urbana, na qual as cidades competiam entre si pela instalação de grandes empresas. Numa perspectiva histórica de desigualdade econômica não é possível para países periféricos competirem com economias solidamente estabelecidas. A “vantagem competitiva das nações” (PORTER, 1990), largamente defendida e difundida desde os anos 1980, pressupõe uma hipótese de simetria de poderes. Ao fim e ao cabo, tal modelo econômico despreza o jogo de forças ao qual as sociedades estão submetidas. Ao desconsiderar as assimetrias de poder econômico entre os países, o modelo porteriano colabora para invisibilizar a exploração histórica do norte sobre o sul global.

Inserida neste modelo de intervenção urbana, a remodelação de Barcelona é uma das maiores referências, lado a lado com a reforma da zona portuária de Londres e a reabilitação de Puerto Madero, sua correlata latino-americana. Sob esta ótica, guardadas as devidas proporções, foi proposto em Cabo Verde o já referido projeto Gamboa Frente Marítima, na Cidade da Praia. No Sal e em Boa Vista, os empreendimentos do grupo Riu têm seguido na mesma direção.

Nesta ilha, o grupo espanhol inaugurou em 2008 o hotel Riu-Karamboa, um *resort* com 800 quartos. O mais recente empreendimento do grupo, Riu-Touareg, na mesma ilha, iniciou o seu funcionamento, em 2011, com 881 quartos de uma megaestrutura prevista para albergar quatro mil pessoas. Foram contratados para

as obras quase mil trabalhadores, a maioria vinda da África Continental em condições bastante precárias de trabalho. A população local duplicou em menos de uma década: de 4,2 mil habitantes para 9,1 mil habitantes no último censo (INE, 2011). Os dois empreendimentos do grupo Riu têm capacidade de hospedar quase seis mil pessoas, ou seja, o equivalente a 2/3 dos moradores locais. Gerador de energia e dessalinização de água são grandes infraestruturas exclusivas para estes hotéis. O fornecimento de todas as refeições vem diretamente da Espanha, por navio. Em 2007, foi inaugurado o aeroporto Internacional de Boa Vista, tornando-a mais acessível aos alemães, belgas e ingleses do que aos vizinhos moradores da ilha do Maio, uma vez que estas duas ilhas, apesar da pouca distância que as separa, não têm nenhuma ligação direta, nem aérea, nem marítima.

Boa Vista tem sido redesenhada em função destes enclaves autossuficientes, os quais demarcam uma nova insularidade no território, sem quaisquer relações com a população local ou com o país. O que todos estes projetos têm em comum é o grande investimento em megatransformação espacial de determinada região da cidade, acompanhada da expulsão sistemática da população originária, em um processo de forte valorização imobiliária, à custa de obras públicas, cujos lucros são detidos apenas por grupos privados e não divididos para toda a sociedade.





Eymard Brandão: *Sem título* (Série Solo e sub-solo).
Fotografia, 37 X 45 cm, 2013

Em síntese, ao menos três grandes matrizes de abordagem sobre o território urbano sobrepõem-se nos dias de hoje: a anacrônica matriz modernista (muito utilizada nos gabinetes da administração pública), a matriz pós-modernista (incorporada pelos grandes escritórios privados) e a matriz participativa (cobrada por movimentos sociais e incorporada por administrações progressistas, constituindo-se ainda matriz de exceção). Nesta conjuntura, mercado, Estado e planejadores permanecem voltados e ligados aos mesmos interesses. Ao mesmo tempo, está-se diante de um intenso processo de despolitização das discussões sobre o espaço urbano, resultando num total escamoteamento dos processos de exclusão. Especificamente na África, a colonização europeia continua a desenhar os territórios, por meio dos interesses de grandes investidores privados, como é o caso dos grupos ingleses e espanhóis em Cabo Verde.

As cidades de crescimento acelerado, independentemente de seu tamanho, particularmente em países pobres, serão inadvertidamente, muito em breve, centros de pobreza e, provavelmente, de miséria

Como lidar com tais variáveis complexas sem uma grade teórica adequada a esta realidade? A transposição das teorias urbanas “norte-cêntricas” é insuficiente. Com sua gênese na análise da cidade industrial e pós-industrial, dizem pouco respeito a cidades cuja industrialização é insignificante, como é o caso de Cabo Verde. A literatura voltada para as megacidades de serviços e de comunicação é igualmente fantasiosa para esta realidade. Ainda que em direção oposta, o planejamento participativo e o direito à cidade, modelos teóricos bastante consolidados na América Latina, não podem ser simplesmente transplantados para o contexto africano. Não obstante o passado colonial comum entre os continentes, o século de independência que os separa delineou trajetórias marcadamente distintas no que concerne às lutas por direitos e à formação de movimentos sociais e a sua influência no desenho do território e das cidades.

Ademais, em termos de escala, as diminutas urbanizações cabo-verdianas são praticamente desprezíveis. No entanto, a complexidade dos processos observados

nestes territórios os insere numa rede de discussão global, da qual poucas cidades contemporâneas estão totalmente isentas. O tamanho da cidade medido em número de habitantes passa a ser uma variável a desconsiderar. O critério para a inserção das cidades cabo-verdianas nesta discussão é a transformação de seu território devido a processos globais. Como medir esta transformação?

É possível inferir que as cidades de crescimento acelerado, independentemente de seu tamanho, particularmente em países pobres, serão inadvertidamente, muito em breve, centros de pobreza e, provavelmente, de miséria. Tal prognóstico vai na contramão do planejamento urbano de matriz funcional ainda em voga pelos gestores locais. Planejar um território com base no ideal de cidade (modelo modernista) significa sempre estar às voltas com normatizações incumpríveis e defasadas com relação às dinâmicas da ocupação territorial. As cidades são constituídas por heterogeneidades complexas muito distantes da dialética ordem/desordem da racionalidade funcional modernista.

Soma-se nesta complexidade o convívio imbricado de sociedades informatizadas e ruralizadas, desconsiderado nas abordagens predominantes na literatura recente sobre cidades, muito afeitas à tecnologia e à sociedade de informação. Ou seja, no mesmo espaço urbano, tecnologias de última geração convivem com currais para animais.

Nestes casos, a normatização dos espaços tem se mostrado inútil. A Câmara Municipal da Praia já fechou, multou e fez diversas ameaças inócuas para resolver a questão da insalubridade resultante da alta densidade de animais no meio urbano. Com a falta de emprego, sobretudo para o contingente pouco qualificado para as demandas urbanas, os animais são uma fonte de renda e alternativa de alimentação para a população pobre. Mais do que hábitos culturais, a população rural traz consigo “hábitos econômicos”, isto é, alternativas para a própria subsistência em meio urbano.

Efetivamente, as cidades não lhes oferecem muito mais do que (escassas) probabilidades de acesso a melhores condições de vida. Embora em chances maiores do que no meio rural cabo-verdiano, tendencialmente estagnado e assolado pelas intempéries climáticas, as garantias de inserção nas ofertas que o meio urbano usualmente proporciona aos seus habitantes, diante deste cenário, são poucas. Desse modo, a criação de animais é uma alternativa de sobrevivência, pouco importando para estes

cidadãos se estão no campo ou na cidade. Dito de outra forma, a migração acelerada da população rural rumo à zona urbana não tem permitido a readaptação cultural e econômica da população migrante: o morador do campo traz para a cidade seus animais e seus hábitos cotidianos de cozinhar, lavar e tratar-se ao ar livre.

Por último, mas não menos importante, outra característica distingue muitas das cidades africanas, inclusive as cabo-verdianas: uma industrialização incipiente. Enquanto diversas áreas urbanas no mundo tiveram seus espaços desenhados em função de grandes plantas industriais, gerando necessariamente a distinção entre zonas industriais e residenciais, nenhuma cidade no país, inclusive a capital, passou por este processo. Tal característica reforça, no concernente à ocupação de território, uma menor tradição de separação e maior convívio multifuncional entre as zonas urbanas. O resultado é uma cidade de camadas rurais e urbanas indistintas e sobrepostas, na qual o urbano do computador, do automóvel, das estradas e conglomerados construídos não se separa dos animais e do uso da rua para as funções domésticas.

Os desafios da multifragmentação

Em breves linhas foram apresentados os problemas da multifragmentação da condição urbana em Cabo Verde, acirrada nas últimas décadas pelos inúmeros projetos imobiliários e turísticos de capital internacional. A fricção local/global tem imposto uma agenda internacional aos agentes públicos e um “ideal” de desenvolvimento à população local, sem haver qualquer voz dissonante neste quadro.

As cidades cabo-verdianas são, em suma, o resultado de uma ocupação territorial de base colonial sobreposta ao recente modelo neoliberal, no qual a hegemonia do mercado é evidente. O breve período de consolidação nacional foi praticamente deglutido pela abertura dos anos 1990, estabelecendo um território e cidades quase que diretamente resultantes do colonialismo para o “neocolonialismo”. Sem mencionar as múltiplas camadas dos modos de habitar este espaço, as quais põem em questão as clássicas distinções entre urbano e rural. Acrescenta-se aí a industrialização incipiente, processo ausente da consolidação de suas cidades.

Esta perspectiva não é abordada na literatura especializada sobre cidades, a qual está inexoravelmente voltada para os problemas advindos da cidade industrial desde a sua gênese, constituindo um referencial teórico inadequado para a diversidade das situações urbanas nos dias de hoje.

Analisamos esta complexidade diante das três matrizes predominantes do pensamento urbano, para concluir que a sobreposição destas matrizes, em Cabo Verde, tem colaborado para um aumento da segregação espacial urbana. O planejamento participativo, uma matriz de exceção no arcabouço teórico hegemônico, não tem feito parte da agenda nacional. A maior parte dos atores sociais continua afastada das decisões sobre o território. O ritmo de crescimento acelerado das cidades não apresenta qualquer sinal de reversão ou estagnação para os próximos anos: Praia e Assomada em Santiago, Santa Maria e Espargos no Sal, e Sal-Rei e Rabil em Boa Vista são cidades em ebulição.

As cidades cabo-verdianas são, em suma, o resultado de uma ocupação territorial de base colonial sobreposta ao recente modelo neoliberal, no qual a hegemonia do mercado é evidente

Ainda que sejam assuntos já debatidos noutras partes, uma aproximação à realidade arquipelágica acrescenta novas complexidades à discussão sobre as cidades contemporâneas. Ademais, em Cabo Verde não têm sido investidos esforços para uma reflexão sistemática sobre a ocupação do território, em especial no período pós-independência, de maneira que este ensaio é um primeiro esforço para lançar algumas reflexões fundamentais sobre o contexto local.

Neste cenário, como é possível pensar a condição urbana? Como o colonialismo, a não industrialização e a globalização têm determinado as cidades africanas, e, em específico, as cabo-verdianas? Não é possível analisar estas cidades com modelos do norte global, os quais resultaram de condições históricas distintas e, muitas vezes, opostas.

Com vistas a evitar o acirramento das desigualdades em diversas escalas (local, nacional e internacional), é necessário haver o empoderamento dos atores

locais, com a tomada de consciência sobre o seu papel neste jogo de forças. Isto é, propomos a politização do território, por meio do reconhecimento dos diversos agentes que interferem nos seus direcionamentos e tornando visíveis variáveis usualmente dissimuladas. Desta maneira, para uma abordagem emancipatória sobre o território, há que se garantir um equilíbrio de forças para que as múltiplas vozes tenham a oportunidade e a capacidade para organizar seus interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisões significativas.

Esta pode vir a ser uma importante atribuição da universidade nacional e de seu recém-implantado centro de investigação em desenvolvimento local e ordenamento do território: mais do que atender às demandas emergenciais por planejamento territorial, trata-se de criar as condições e ferramentas possíveis para tornar visíveis as suas dinâmicas. Num contexto de escassa tradição investigativa (ou de iniciativas tematicamente dispersas), dada a jovialidade da universidade pública (fundada há poucos anos), apostar na pesquisa como meio fundamental para o empoderamento social é *per si* prática de resistência, empoderamento e emancipação.

Em outras palavras, a pesquisa sobre o território em Cabo Verde deve elucidar as disparidades a que o país está submetido no cenário mundial e as desigualdades impostas internamente, pelas elites nacionais, para o controle do território com vistas a vantagens próprias. Além disso, é fulcral considerar como os imperativos econômicos de um Estado pobre perpetuam as relações de dependência. Como empoderamento e autonomia podem ser considerados neste quadro sem resvalar para um discurso romântico-abstrato pouco útil? Ou ainda, como agir na tensão entre colaboração internacional e o apelo do mercado imobiliário e ao mesmo tempo assegurar uma melhora de vida real para a população, não apenas limitada a uma elite privilegiada?

Finalmente, defendemos que a jovem universidade no país é inexoravelmente um importante ator social. A sua missão, no que concerne ao território, deve guiar-se, portanto, pelos confrontos com os desafios da condição multfragmentada do território local e nacional, com vistas a apresentar boas hipóteses de reflexão para uma autonomia do conhecimento e para a construção nacional.

Referências

- ANDRADE, M. (Org.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral – a arma da teoria, unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova, 1978.
- CORREIA E SILVA, A. *Histórias de um Sahel Insular*. Praia: Spleen, 1996.
- FURTADO, C. *As transformações das estruturas agrárias numa sociedade em mudança: Santiago*, Cabo Verde. Praia: ICL, 1993.
- INE. *Estatísticas por tema: população e condições de vida*. Praia: INE, 2010. Disponível em: <www.ine.cv>. Acesso em: 24 mar. 2013.
- INE. *Apresentação dos resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação – 2010*. Praia: INE, 2011.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MBEMBE, A. *On the Post-Colony*. Berkeley: University of California, 2001.
- MOASSAB, A. Território e identidade em Cabo Verde. In: LIMA, A. (Org.). *Paralaxe*. Fortaleza: Funcap, 2012.
- MOASSAB, A.; VIEIRA, M. *Análise de gênero nas áreas protegidas de Cabo Verde*. RPALCDP/ UNDP, 2010. Relatório técnico. Não publicado.
- MOREIRA, S. A taxa do desemprego real em Cabo-Verde é aproximadamente de 57,1%. *Notícias do Norte*, 12 jun. 2012. Disponível em: <noticiasdonorte.publ.cv>. Acesso em: 29 jan. 2013.
- ONU. *Urban Population, Development and the Environment 2011*. New York: United Nations, 2011.
- PORTER, M. *The Competitive Advantage of Nations*. New York: Free Press, 1990.
- POURTIER, R. *Villes africaines (Dossier 8009)*. Paris: La Documentation Française, 1999.
- SANTOS, M.E. (Coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa: IICT; Praia: INIC, 2001.
- SANTOS, M.E. et al. (Coord.). *História concisa de Cabo Verde*. Praia: IIPC; Lisboa: IICT, 2007.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUZA, M.; RODRIGUES, G. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Unesp, 2004.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.